



Todavia, uma vez conhecido dito edital, nele foram verificadas ilegalidades insanáveis, violadoras do disposto nos artigos 3º, 4º, 6º, 7º, 29 e 40 da Lei de Licitações, que asseguram a todos os interessados em participar de certames públicos “o direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta Lei (...)”.

Assim, e considerando a natureza das ilegalidades a seguir descritas, é certo que a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG**, por meio do seu Pregoeiro, tem o incontestável poder-dever de suspender o procedimento licitatório em questão, em razão das ilegalidades neste constatadas, e, por via de consequência, determinar sua correção, sob pena de sua ulterior anulação, nos termos do artigo 49 da Lei de Licitação.

A ilegalidade e irregularidade ora verificada serão, pontualmente, examinadas a seguir, sendo certo que sua natureza insanável impõe a suspensão imediata do presente certame, para sua adequação às diretrizes legais, já que todo licitante tem direito de participar de licitação elaborada em conformidade com as diretrizes legais, que pugne pela observância dos princípios consignados no artigo 3º da Lei n. 8.666/93, princípios estes que lhe serve de sustentáculo, além de representar seu fundamento jurídico.

1 - SERVIÇOS DE TARIFA ZERO SEM ÔNUS

Observe que o instrumento licitatório não cota o serviço de Tarifa Zero, local e também nacional, mas na planilha de composição de preços solicita este tipo de ligações intra grupo, local e nacional.

Também, o edital não trás a cotação do serviço de gestão.

Assim, faz jus a presente impugnação, preliminarmente para que sejam incluídas estas cotações na planilha de composição de preços, mesmo porque da forma como está o edital não temos como saber se este tipo de ligação deve ser ou não tarifada, uma vez que o órgão não solicita como de praxe a contratação do Tarifa Zero.

Para tanto, cumpre esclarecer, que os serviços supracitados são tarifados, visto que a operadora possui um ônus para a implantação e disponibilização dos mesmos, devendo o instrumento convocatório cotá-los na planilha com seus valores.

✓